

HABEAS CORPUS Nº 567.697 - SP (2020/0071897-6)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : BRAULIO EDUARDO BAPTISTA RODRIGUES TORRES E
OUTRO
ADVOGADOS : JOSÉ EDUARDO RODRIGUES TORRES - SP078305
BRÁULIO EDUARDO BAPTISTA RODRIGUES TORRES -
SP375582
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LAURENCE PEREIRA FELICIANO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LAURENCE PEREIRA FELICIANO, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2268069-08.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que o paciente encontra-se preso preventivamente, em decorrência da ação penal na qual foi denunciado por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 33, *caput*, e no art. 35, *caput*, todos da Lei n. 11.343/2006, na forma do art. 69, *caput*, do Código Penal. (e-STJ fl. 210)

Aduzem os impetrantes a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do paciente, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alegam que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Salientam ausência de contemporaneidade do decreto de prisão e o fato objeto de apuração.

Asseveram que os predicados pessoais do agente permitiriam que respondesse ao processo em liberdade.

Apontam a necessidade do recolhimento domiciliar, em razão da pandemia do coronavírus.

Argumentam, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que o acusado faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP), expedindo-se alvará de soltura em seu favor. Subsidiariamente, pleiteiam a concessão de prisão domiciliar em razão da pandemia do coronavírus (covid-19).

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via

eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 28-30):

[...]

No caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, aptos a justificar a necessidade de garantia da ordem pública, notadamente se considerada a quantidade e variedade de drogas apreendidas, circunstâncias indicativas de um maior desvalor da conduta em tese perpetrada.

Com efeito, é dos autos (fls. 182/184 dos autos originais), que foram apreendidos 940 (novecentos e quarenta) comprimidos de ecstasy, 307 (trezentos e sete) comprimidos de morfina, 3001 (três mil e um) selinhos da droga sintética conhecida como “LSD”, mais de trinta quilos de maconha, entre outras substâncias tóxicas. A tese de negativa de autoria não pode ser enfrentada na estreita via do habeas corpus, tendo em vista que tal apreciação demanda ampla dilação probatória, com respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, o que não se coaduna com a finalidade e a extensão da presente ação mandamental (de rito célere e cognição sumária). A legalidade da manutenção da custódia cautelar de pessoas presas em flagrante em situação que sugira grave periculosidade social vem sendo sistematicamente reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça, a exemplo do que foi decidido

[...]

Inexiste violação à presunção de inocência decorrente da prisão preventiva. De fato, embora os fortes indícios de autoria coligidos sirvam para indicar a necessidade da prisão para acautelar a ordem pública, não retratam juízo sobre a culpa, reservado para o momento da prolação da sentença. A desproporcionalidade da prisão, em razão de provável imposição de regime menos gravoso, em eventual condenação, não há como ser analisada no writ, porquanto a dosagem sancionatória é baseada em circunstâncias judiciais, a serem analisadas após a instrução criminal. O delito, ainda, é punido com pena máxima abstrata superior a quatro anos. Desse modo, o argumento de que inexistem indícios que possam justificar a segregação provisória do Paciente

Superior Tribunal de Justiça

não merece prosperar. E, não se vislumbrando o alegado constrangimento ilegal, a solução que melhor se afigura é a denegação da ordem. Diante do exposto, pelo meu voto, denega-se a ordem de habeas corpus impetrada, nos termos acima descritos.

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Jorge Mussi
Relator